

10 milhões de bandidos...

JOÃO ALVES DE ALMEIDA

Em meu último artigo publicado neste jornal preconizei a criação de regiões agrícolas no interior brasileiro, estabelecendo um programa que inclui a instalação, à margem das regiões, de colônias penais para onde seriam encaminhados todos os criminosos do País.

Para as regiões agrícolas — programei — deveriam ser transferidas cerca de 20 milhões de pessoas que vivem nas capitais dos estados sem profissão e sem meios de vida, marginalizadas e sofrendo horrores com a família. O Governo lhes prestaria toda assistência por um período de cinco anos. De imediato teríamos dois problemas resolvidos: o de moradia popular nos grandes centros (dos quais sairiam 20 milhões de habitantes) e o da violência — as cadeias ficariam vazias com a transferência dos criminosos para as colônias penais, e, seguidamente, dos que andam soltos, na propriedade em que fossem sendo apanhados. Teríamos, ainda, trabalho para essa gente sem nenhuma especialidade, maior produtividade nacional e uma solução prática para a reforma agrária, sem provocar atritos.

Presidiu durante muitos anos, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que estuda e dá parecer sobre o Orçamento Geral da União, podendo atestar que 40 por cento do mesmo é destinado a despesa sem nenhum resultado prático, fato que se tem repetido todos os anos. Isto significa que não haverá problema de recursos para atender ao programa mencionado, bastando transferi-los para o novo sistema.

Afirmei também naquele artigo, que nos últimos 15 anos (excluindo o período de seis meses do Cruzado I) quase todo o complexo produtivo do País, tanto industrial quanto agrário, passou a lucrar mais nas aplicações que faz no mercado financeiro do que na sua produção original produtiva, como se pode facilmente constatar no balanço das empresas, que mostram as diferenças de ganhos entre os lucros operacionais e não operacionais. Se fossem extintos os vários fundos onde os brasileiros e estrangeiros escondem mais de um trilhão de cruzados novos, e outras modalidades especulativas do mercado

financeiro, que rendem de 35 a 50 por cento ao mês, e se o Governo criasse uma série de vantagens em todos os setores produtivos do País, facilitando, inclusive, as exportações, teriam essas empresas que recorrer à mão-de-obra estrangeira, pois todos os nossos operários não seriam suficientes para atender à demanda, mesmo parando cinco ou seis vezes mais do que pagam hoje, por que a oferta de emprego seria bem maior do que a procura.

Quanto ao dólar, teria que se inverter a taxa de câmbio no mercado, única forma de evitar a saída para o exterior da moeda americana, ou universal, como é também denominada. Quase todos os bancos e corretores de valores que atuam no Brasil possuem contas fora do País — de Nova Iorque a Berlim Ocidental, passando por Tóquio, Londres e Paris, cujas transferências de uma conta para outra são feitas até por telefone. Calcula-se que os depósitos somam mais de 600 bilhões de dólares, pois não há nada mais vantajoso do que comprar-se dólar barato e livremente com uma moeda sem cotação lá fora, para depois contabilizá-lo no exterior. Imagine-se quanto emitiram os governos para se chegar a tal situação. O ouro, que deveria ser controlado pelo Governo, é outra orgia do mercado.

Até o capital circulante, que é o dinheiro mais importante de um país, porque cobre todas as camadas da população, foi atingido pela orgia inflacionária. Temos uma "loteca", uma "lobo" e uma "sena" que levam da economia popular todos os meses o equivalente a 100 milhões de dólares em nossa moeda, deixando em cada cidade explorada pelo jogo (e são quase todas) apenas 9 por cento de sua receita. Essa jogatina é paga, permanente e progressivamente, com o dinheiro em circulação. E o Governo não deixa faltar dinheiro.

Não seria necessário matar nem meter ninguém na cadeia nem congelar nada, para salvar o País. A vida deveria seguir seu curso normal, com disciplina e dignidade, até porque a corrupção vem do sistema de Governo, com seus decretos, normas, instruções, portarias e até leis votadas pelo Congresso, que facilitam e legalizam tudo, inclu-

sive as operações e aplicações anônimas, mecanismo usado também para amortecer os escrúpulos dos que se mostram apreensivos frente ao suborno ou aos negócios escusos.

Dez milhões de brasileiros — que constituem a camada esclarecida da população — seguram esse sistema há muitos anos, contra 120 milhões de vítimas, das quais 60 por cento só come feijão com sal e farinha, em face dos preços astronômicos dos gêneros de primeira necessidade.

A execução de um programa desse tipo é tarefa para um Presidente idealista e notável, porque ele irá ter dificuldade até para encontrar com quem administrar a nova ordem, já que do modelo que aí está não se salva absolutamente nada.

O Presidente José Sarney, que assumiu o Governo em circunstância dramática e nunca teve reconhecida como autêntica, pelos políticos, a sua investidura no cargo, não pode ser responsabilizado sozinho por um teste sequer da situação em que vivemos. Obrigado a governar com o maior partido político do País, o qual indicou vários ministros, inclusive e principalmente os da Fazenda e do Planejamento, sem êxito no gerenciamento da economia e das finanças, o Presidente procurou sair pela tangente para ficar na história: convocou a Assembleia Nacional Constituinte, democratizou o regime com ampla liberdade e arcou com as consequências desses atos, por muitos considerados temerários.

E aí estamos a poucos dias das eleições para Presidente da República, com dezenas de candidatos, verde, vermelho, marrom, preto e colorido. Uma rara oportunidade, senão a única em cem anos de República, para o País escolher livremente o seu Presidente. Que Deus nos ajude a eleger um homem competente e decidido, mas sem fanatismo, que veja o passado como expressão de contraste para estabelecer o confronto entre o Bem e o Mal o julgamento do povo brasileiro, a fim de não dar margem a mais um retrocesso político.

João Alves de Almeida, 70 anos, exerce o sétimo mandato sucessivo de deputado federal pela Bahia. Presidiu por vários anos a Comissão Mista do Orçamento Geral da União. É economista, administrador e analista político, com livros publicados.